Revista Acervo Educacional

ISSN 2596-0288



Leitura no Brasil: análise combinada dos resultados do PISA 2022

Reading in Brazil: combined analysis of PISA 2022 results

Lectura en Brasil: Análisis combinado de los resultados de PISA 2022

Alessandro Ribeiro Lima[1].

RESUMO

Objetivo: Investigar a proficiência em leitura dos estudantes brasileiros com base nos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) em 2022. **Métodos:** Foi utilizada uma abordagem mista que combina análise quantitativa dos micros dados nacionais com investigação qualitativa sobre práticas pedagógicas de leitura junto a professores. **Resultados:** Os resultados mostram que o Brasil permanece aquém da média da OCDE em leitura, com metade dos estudantes apresentando desempenho abaixo do nível 2 de proficiência. A análise qualitativa revelou lacunas importantes na formação docente e na aplicação de metodologias de leitura crítica. **Conclusão:** Esses achados reforçam a urgência de políticas públicas que priorizem a formação continuada de professores e a implementação de práticas pedagógicas inovadoras, visando melhorar a proficiência em leitura dos estudantes brasileiros e promover uma educação de qualidade. A melhoria da proficiência em leitura é fundamental para o desenvolvimento educacional e social do país, pois permite que os indivíduos acessem oportunidades de aprendizado e participação cidadã de forma mais eficaz.

Palavras-chave: Leitura, PISA, Educação básica, Alfabetização, Desempenho escolar.

ABSTRACT

Objective: To investigate the reading proficiency of Brazilian students based on the results of the 2022 Programme for International Student Assessment (PISA). **Methods:** A mixed-methods approach was used, combining quantitative analysis of national microdata with qualitative research on teachers' reading pedagogical practices. **Results:** The results show that Brazil remains below the OECD average in reading, with half of all students performing below level 2 proficiency. The qualitative analysis revealed significant gaps in teacher training and the application of critical reading methodologies. **Conclusion:** These findings reinforce the urgent need for public policies that prioritize ongoing teacher training and the implementation of innovative pedagogical practices to improve Brazilian students' reading proficiency and promote quality education. Improving reading proficiency is fundamental to the country's educational and social development, as it allows individuals to more effectively access learning and civic participation opportunities.

Keywords: Reading, PISA, Basic education, Literacy, Academic performance.

RESUMEN

Objetivo: Investigar la competencia lectora de los estudiantes brasileños con base en los resultados del Programa para la Evaluación Internacional de Alumnos (PISA) de 2022. **Métodos:** Se utilizó un enfoque de métodos mixtos, combinando el análisis cuantitativo de microdatos nacionales con investigación cualitativa sobre las prácticas pedagógicas de lectura de los docentes. **Resultados:** Los resultados muestran que Brasil se mantiene por debajo del promedio de la OCDE en lectura, con la mitad de todos los estudiantes con un rendimiento por debajo del nivel 2 de competencia. El análisis cualitativo reveló brechas significativas en la formación docente y la aplicación de metodologías de lectura crítica. **Conclusión:** Estos hallazgos refuerzan la necesidad urgente de políticas públicas que prioricen la formación docente continua y la implementación de prácticas pedagógicas innovadoras para mejorar la competencia lectora de los estudiantes brasileños y promover una educación de calidad. Mejorar la competencia lectora es fundamental para el desarrollo

[1] Centro Universitário Internacional (Uninter), Ponta Grossa - PR.

SUBMETIDO EM: 8/2025 | **ACEITO EM: 8/2025** | **PUBLICADO EM: 9/2025**

educativo y social del país, ya que permite a las personas acceder de forma más efectiva a las oportunidades de aprendizaje y participación cívica.

Palabras clave: Lectura, PISA, Educación básica, Alfabetización, Desempeño escolar.

INTRODUÇÃO

A leitura é reconhecida como uma habilidade fundamental para o desenvolvimento educacional e social. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) fornece dados comparativos globais sobre a proficiência em leitura, matemática e ciências. Na edição de 2022 do PISA, o Brasil apresentou resultados abaixo da média da OCDE, especialmente em leitura, revelando desafios estruturais na alfabetização e no desenvolvimento da competência leitora (OECD, 2023). A leitura crítica é essencial para a cidadania, mas requer estímulo desde as primeiras séries.

As escolas públicas enfrentam obstáculos relacionados à formação docente e à falta de recursos didáticos. Embora haja avanços pontuais em programas de alfabetização, é necessário integrar análises quantitativas globais com investigações qualitativas do cotidiano escolar. Portanto, este estudo tem como objetivo analisar os dados do PISA 2022 sobre a proficiência em leitura e investigar as percepções dos professores sobre práticas pedagógicas de leitura no Brasil.

A interpretação é um pilar fundamental na formação educacional e cultural de indivíduos, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/1996. A LDB destaca a importância da leitura como ferramenta essencial para o desenvolvimento cognitivo, crítico e criativo dos estudantes, além de ser um meio para a aquisição de conhecimento e compreensão do mundo. Ao valorizar a leitura, a LDB busca formar cidadãos capazes de interpretar, analisar e refletir sobre a realidade, promovendo assim uma educação de qualidade e inclusiva. Neste contexto, a leitura assume um papel estratégico no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo significativamente para o crescimento intelectual e social dos indivíduos.

A leitura crítica é um processo que exige do leitor não apenas a decodificação do texto, mas também a construção ativa do significado, a análise dos argumentos apresentados e a contextualização das informações (KLEIMAN, 1999). Nesse sentido, ler criticamente implica ir além da simples compreensão literal, envolvendo a capacidade de questionar, refletir e avaliar o conteúdo, considerando o contexto sociocultural e histórico em que o texto foi produzido. Essa abordagem crítica da leitura é fundamental para formar leitores autônomos e capazes de interagir de forma significativa com o mundo ao seu redor. Ao desenvolver essa habilidade, os indivíduos podem não apenas compreender melhor os textos, mas também participar de forma mais ativa e consciente na sociedade.

Para desenvolver a leitura crítica, é fundamental adotar estratégias específicas, conforme destaca Solé (1998). Entre essas estratégias, destaca-se a formulação de hipóteses, a verificação de informações e a análise da intencionalidade do autor. Ao utilizar essas abordagens, o leitor pode avaliar os textos de maneira reflexiva e argumentativa, desenvolvendo uma compreensão mais profunda e crítica do conteúdo. Nesse processo, o papel do professor é essencial, pois ele atua como mediador, estimulando os alunos a adotar estratégias que promovam o engajamento significativo com a leitura. Ao criar um ambiente de aprendizado que valoriza a leitura crítica, os professores podem contribuir significativamente para o desenvolvimento das habilidades cognitivas e analíticas dos estudantes.

MÉTODOS

Este artigo original adota uma abordagem qualitativa e quantitativa documental. Os microdados do PISA 2022 foram coletados no portal da OECD, enquanto o texto integral da Lei nº 9.394/1996 foi obtido no portal do Planalto (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Os dados quantitativos coletados foram organizados em tabelas descritivas detalhadas e comparados com a média da OCDE. Durante a etapa documental, procedeu-se à análise dos artigos 2º, 3º, 4º, 12º, 13º, 22º, 26º e 62º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), com foco específico em alfabetização, leitura e formação docente.

A revisão bibliográfica abrangente sobre a formação de leitores críticos no panorama brasileiro, elencado com o PISA 2022, reunindo e analisando produções acadêmicas relevantes para compreender melhor as estratégias pedagógicas eficazes e os desafios enfrentados pelos educadores. Assim, metodologia adotada permite sistematizar o conhecimento existente, proporcionando uma visão aprofundada das práticas escolares e das dificuldades na promoção da leitura crítica, conforme os dados apresentados pela OCDE.

Os critérios de seleção das fontes incluíram relevância acadêmica, priorizando obras que contribuem significativamente para a discussão sobre leitura crítica no contexto brasileiro. Foram considerados livros e artigo científico, que abordam a temática de maneira teórica e empírica, abrangendo fundamentação conceitual e abordagens práticas. O recorte temporal das publicações foi estabelecido entre 1996 à 2022, capturando tanto as origens da discussão quanto as evoluções recentes apresentadas no PISA. A pesquisa utilizou dados públicos, não envolvendo diretamente pessoas, estando dispensada de aprovação por Comitê de Ética, conforme Resolução CNS nº 510/2016.

RESULTADOS

No PISA 2022, o Brasil alcançou uma média de 410 pontos em leitura, enquanto a média da OCDE foi de 476 pontos (OECD, 2023). Aproximadamente 50% dos estudantes brasileiros situam-se abaixo do nível 2 de proficiência em leitura, patamar considerado mínimo para garantir a leitura funcional autônoma. Esses dados corroboram o cenário de estagnação do desempenho em leitura. Diante dos resultados do PISA 2022 e da análise da LDB, constata-se que o Brasil enfrenta desafios persistentes para assegurar a alfabetização plena e o desenvolvimento contínuo da competência leitora.

Embora haja avanços pontuais e um marco legal robusto, a prática pedagógica ainda carece de condições estruturais adequadas, formação docente apropriada e políticas públicas consistentes. É urgente fortalecer iniciativas que integrem avaliação, formação e gestão escolar, promovendo o acesso igualitário a recursos de leitura de qualidade. Dessa forma, o país poderá reduzir desigualdades regionais e sociais, garantindo a todos os estudantes o direito de se tornarem leitores críticos, autônomos e preparados para participar de forma ativa na sociedade contemporânea e no mundo do trabalho.

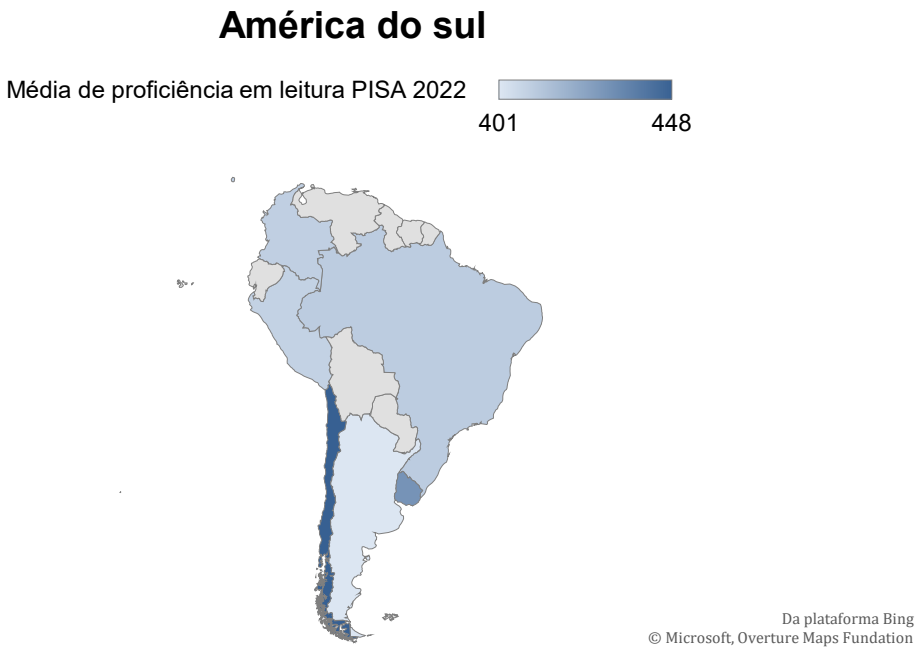
No exame do PISA 2022, os estudantes brasileiros obtiveram uma pontuação média de 410 pontos em leitura, mantendo o país em uma posição inferior à de nações latino-americanas que vêm investindo de forma mais consistente em políticas de alfabetização. O desempenho do Brasil foi estatisticamente menor que o do Chile (448 pontos) e do Uruguai (430 pontos), revelando que o Brasil segue atrás de vizinhos que, embora enfrentem dificuldades econômicas e sociais, têm conseguido avançar em termos de políticas educacionais.

Em contrapartida, o país supera levemente a Argentina, que obteve 401 pontos, mas se mantém no mesmo patamar de Colômbia (409 pontos) e Peru (408 pontos), sem diferenças estatisticamente significativas. O dado mais preocupante, porém, é a alta concentração de estudantes brasileiros nos níveis mais baixos de proficiência: metade dos alunos (50%) ficaram abaixo do nível 2 em leitura, o que indica que não dominam habilidades básicas de interpretação de textos, limitando sua capacidade de realizar leituras críticas, buscar informações e compreender argumentos de forma autônoma.

Para efeito de comparação, nos países membros da OCDE, apenas 26% dos estudantes estão nessa faixa de baixo desempenho, o que revela um distanciamento considerável entre o Brasil e países com sistemas de ensino mais estruturados. Outro aspecto crítico é a baixa proporção de estudantes brasileiros que atingem os níveis mais elevados de desempenho em leitura (nível 5 ou superior): somente 2% dos alunos alcançaram este patamar, frente a 7% na média da OCDE.

Esse resultado aponta para uma grande dificuldade do sistema educacional brasileiro em promover a excelência e em criar condições para que os estudantes mais avançados desenvolvam plenamente seu potencial de leitura, pesquisa e análise crítica. Esses indicadores reforçam a necessidade de fortalecimento das políticas de alfabetização, com foco não apenas na aquisição inicial da leitura, mas também no desenvolvimento contínuo de habilidades de compreensão, interpretação e produção de textos ao longo de toda a Educação Básica.

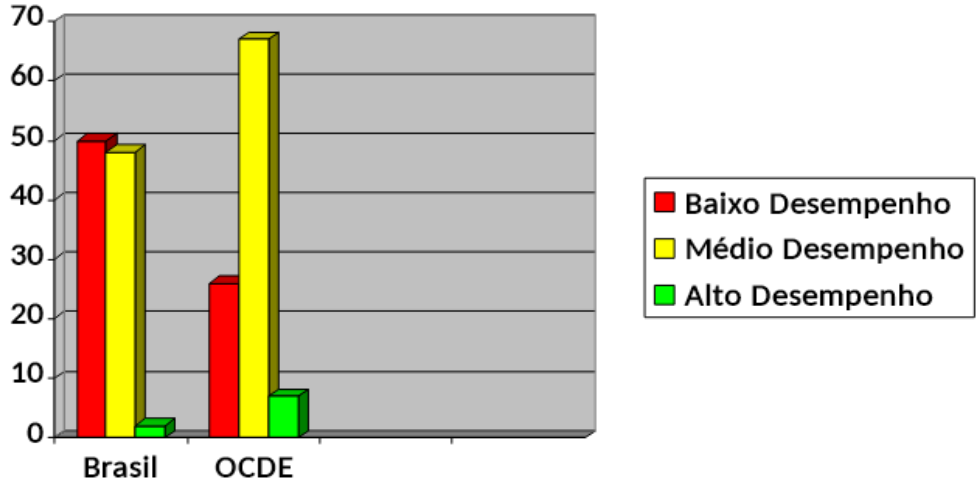
Gráfico 1 - Proficiência em leitura da América do Sul.



Fonte: Lima AR, et al., 2025. OECD (2023).

No cenário internacional, países como Chile e Uruguai se destacam por políticas de alfabetização de longo prazo, acompanhamento sistemático de metas, formação continuada de professores e integração entre governo central, redes de ensino e escolas (OECD, 2023).

Gráfico 2 - Distribuição percentual dos estudantes brasileiros e da OCDE por nível de proficiência em leitura (PISA 2022).



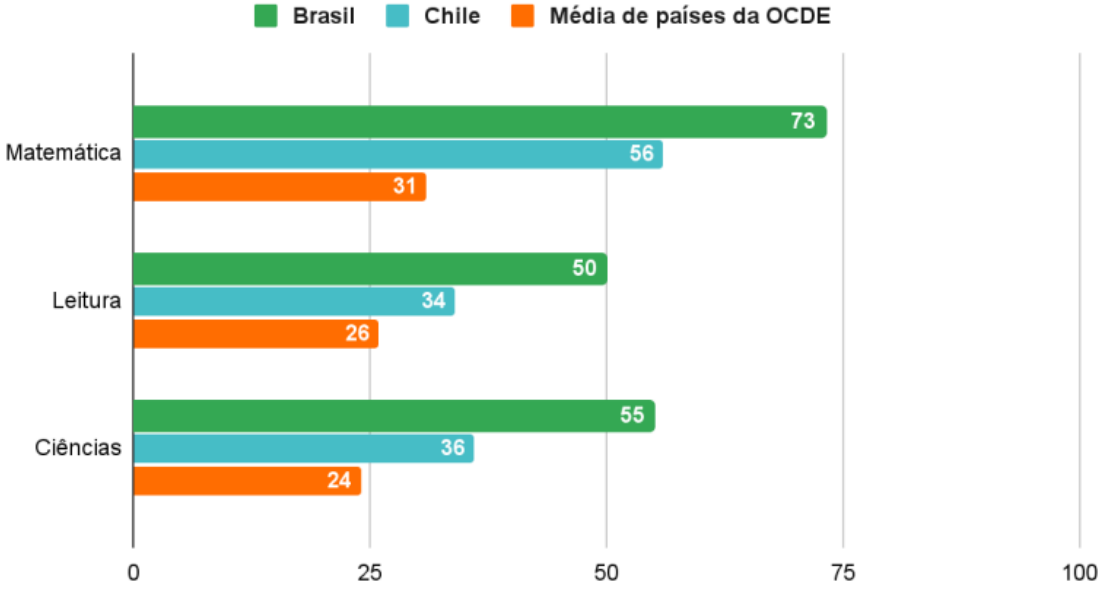
Fonte: Lima AR, et al., 2025. OECD (2023).

Além do retrato estatístico apresentado pelo PISA 2022, é fundamental compreender como esses resultados se inserem em um contexto histórico de desafios e reformas que marcam a educação brasileira. A defasagem na leitura não é uma realidade isolada: ela reflete fragilidades acumuladas ao longo de décadas, em que avanços na legislação educacional não se converteram integralmente em práticas pedagógicas eficazes e continuadas.

Desde a promulgação da LDB em 1996, o Brasil estabeleceu um marco legal robusto, alinhando-se a princípios internacionais de garantia de acesso, permanência e qualidade de ensino. A lei definiu metas claras

para a alfabetização e o domínio da leitura, mas seu cumprimento esbarra em gargalos estruturais e em desigualdades regionais persistentes. Municípios com infraestrutura escolar precária, escolas sem bibliotecas adequadas, formação docente desigual e altas taxas de rotatividade de professores são fatores que limitam o desenvolvimento de práticas de leitura consistentes.

Gráfico 3 - Percentual de estudantes com baixo desempenho no PISA 2022.



Fonte: Lima AR, et al., 2025; elaborado pela fundação Itaú a partir dos resultados do PISA 2022.

Os resultados do PISA 2022 deixam claro que a proficiência em leitura dos estudantes brasileiros ainda está muito aquém da média dos países da OCDE, o que é reflexo de fatores históricos, socioeconômicos e estruturais do sistema educacional. Apesar de avanços pontuais em políticas de alfabetização, os dados demonstram estagnação no desempenho ao longo das últimas edições do exame (OECD, 2023).

A análise documental da LDB evidencia que o Brasil possui uma legislação robusta e detalhada quanto à alfabetização, universalização do ensino e formação docente (BRASIL, 1996). No entanto, as políticas de alfabetização precisam ser acompanhadas de práticas de gestão pedagógica e avaliação diagnóstica frequente para serem capazes de reduzir desigualdades regionais e socioeconômicas. Como visto nos dados apresentados, persistem desafios para transformar os dispositivos legais em ações práticas e efetivas na escola pública.

DISCUSSÃO

A LDB estabelece princípios claros para garantir a alfabetização plena e a formação de leitores competentes, mas o distanciamento entre a legislação e a prática escolar ainda é expressivo. A literatura recente indica que o sucesso na promoção de melhores níveis de leitura passa, necessariamente, por ações coordenadas que envolvam formação inicial e continuada de professores, acompanhamento pedagógico, avaliação diagnóstica periódica e políticas intersetoriais de combate às desigualdades socioeconômicas.

É fundamental que o Brasil avance para reduzir a proporção de estudantes em níveis insuficientes e, em simultâneo, ampliar as condições para que mais jovens alcancem patamares elevados de leitura, fator essencial para o pleno exercício da cidadania e para a inserção em um mundo cada vez mais exigente em termos de letramento e habilidades cognitivas avançadas.

Assim, a combinação entre dados quantitativos do PISA e o marco normativo da LDB revela um cenário em que a legislação existe, mas a materialização de seus preceitos ainda é desigual, exigindo maior

integração entre política educacional, gestão escolar e formação docente. Esses números reforçam a análise de que, apesar de o Brasil dispor de um marco legal sólido, representado principalmente pela LDB, a efetividade prática de seus dispositivos ainda é restrita.

Isso inclui a valorização do magistério, a garantia de formação continuada de professores e o monitoramento constante de resultados educacionais. Os artigos 2º, 3º e 4º da LDB reforçam o direito subjetivo à educação de qualidade e à alfabetização plena, mas o grande contingente de alunos abaixo do nível 2 de proficiência indica que esse direito ainda não é universalizado. Além disso, o Art. 62º da LDB, que estabelece diretrizes para a formação de diretrizes para a formação de professores, é reiteradamente apontado como um ponto crítico: muitos docentes ainda ingressam na carreira sem preparo adequado em metodologias de leitura e letramento.

O Artigo 3º da LDB estabelece como princípios fundamentais a garantia de qualidade, igualdade de condições para acesso e permanência na escola e o pluralismo de ideias. Já o Artigo 32º reforça que o ensino fundamental deve possibilitar a formação básica do cidadão, incluindo o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios fundamentais o pleno domínio da leitura.

Portanto, os dados do PISA 2022, aliados à análise da LDB, evidenciam que o grande desafio não está na ausência de legislação, mas na distância entre o texto normativo e a prática educacional cotidiana. Para reverter esse cenário, é necessário investir na formação inicial e continuada dos professores de Língua Portuguesa, garantir materiais didáticos de qualidade, valorizar práticas de leitura em sala de aula, fomentar o acesso a bibliotecas e fortalecer as avaliações diagnósticas que permitam intervenções pedagógicas tempestivas.

Assim, elevar o desempenho em leitura e reduzir as disparidades regionais e sociais depende da articulação entre vontade política, gestão educacional eficiente e mobilização da comunidade escolar para que todos os estudantes brasileiros tenham, de fato, o direito de se tornarem leitores proficientes, críticos e preparados para os desafios do século XXI. No plano das políticas públicas, é necessário considerar que o Brasil viveu períodos de avanços pontuais, como o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Essas iniciativas, embora relevantes, enfrentaram problemas de continuidade e monitoramento de impacto, levando a ciclos de avanços e retrocessos que comprometem a consolidação de uma cultura leitora no ambiente escolar. No cenário internacional, o desempenho mais robusto de países como Chile e Uruguai indica que a consistência e a longevidade das políticas são determinantes. Estes países investiram na articulação entre formação docente, materiais pedagógicos de qualidade, acompanhamento contínuo dos resultados de aprendizagem e gestão escolar participativa.

A desigualdade socioeconômica também é um fator determinante. Crianças de famílias com menor renda e escolaridade têm acesso restrito a livros, bibliotecas e ambientes de leitura, o que impacta diretamente o desenvolvimento de competências leitoras. É indispensável uma abordagem intersetorial que combine políticas educacionais, culturais e sociais, de modo a criar condições favoráveis para o aprendizado dentro e fora da escola. Tais elementos ainda carecem de maior consolidação no Brasil, onde iniciativas como o PNAIC foram descontinuadas ou remodeladas sem um monitoramento eficaz de seus impactos reais.

Outro fator que não pode ser desconsiderado é o impacto das desigualdades sociais e econômicas. Famílias com menor escolaridade tendem a ter menos livros em casa, menos tempo disponível para acompanhar as tarefas escolares e menor acesso a espaços culturais. Estes fatores geram um ambiente de restrição que limita o desenvolvimento de habilidades cognitivas essenciais para a leitura.

Nesse sentido, é urgente fortalecer o papel da escola pública como promotora de oportunidades de leitura significativas. Isso inclui não apenas garantir bibliotecas físicas e digitais, mas também investir em projetos de leitura orientada, clubes de leitura, feiras literárias escolares, parcerias com autores locais e incentivo à produção textual. A leitura deve ser compreendida como prática social e cultural, não restrita à disciplina de Língua Portuguesa, mas articulada de forma transversal com todas as áreas do conhecimento.

A formação continuada dos professores assume, assim, papel central. É necessário que o professor tenha repertório literário, domínio de estratégias de mediação da leitura e conhecimento de metodologias inovadoras que despertem o interesse dos estudantes.

As universidades, por sua vez, precisam rever as matrizes curriculares dos cursos de licenciatura para assegurar que a leitura não seja tratada apenas como conteúdo técnico, mas como eixo estruturante de toda prática educativa.

Outro ponto relevante é o monitoramento sistemático do progresso em leitura. Países que avançaram na melhoria de suas médias no PISA investiram fortemente em avaliações diagnósticas periódicas, capazes de identificar lacunas de aprendizagem em tempo oportuno, possibilitando intervenções pedagógicas direcionadas. No Brasil, instrumentos como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) podem ser fortalecidos e articulados a programas de formação docente e acompanhamento individualizado dos estudantes.

No âmbito da gestão escolar, é imprescindível engajar diretores, coordenadores pedagógicos, professores, famílias e comunidade local na construção de um projeto político-pedagógico que valorize a leitura como ferramenta de transformação. A gestão democrática, prevista pela LDB, deve sair do papel e se concretizar em práticas colaborativas, onde todos assumam a responsabilidade pela criação de ambientes ricos em letramento.

Assim, fica evidente que elevar o desempenho em leitura requer não apenas o cumprimento das diretrizes legais, mas também investimento em infraestrutura, valorização docente, continuidade de políticas públicas e articulação intersetorial.

O Brasil possui condições de superar o quadro revelado pelo PISA, desde que transforme seus avanços normativos em práticas cotidianas que garantam a todos os estudantes o direito de se tornarem leitores críticos, autônomos e preparados para enfrentar os desafios de uma sociedade complexa e em constante transformação. Portanto, a comparação entre os dados do PISA e a LDB revela que, apesar das diretrizes legais, persistem desafios estruturais e operacionais para garantir o direito à alfabetização de qualidade.

Para superar esses desafios, é fundamental que haja uma ação conjunta entre governo, escolas, famílias e comunidade, visando fortalecer a leitura como prática social e cultural. Isso implica não apenas investir em infraestrutura e recursos materiais, mas também valorizar a formação docente e promover práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas. Além disso, é necessário que as políticas públicas sejam desenhadas de forma a atender às necessidades específicas de cada região e comunidade, levando em conta as diversidades culturais, sociais e econômicas do país.

A melhoria do desempenho em leitura no Brasil depende de uma ação conjunta e coordenada entre governo, escolas, famílias e comunidade, visando fortalecer a leitura como prática social e cultural. Isso implica investir em infraestrutura, valorizar a formação docente, promover práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas, e garantir o acesso à leitura de qualidade para todos os estudantes. Com essas ações, é possível superar os desafios estruturais e operacionais que persistem no sistema educacional brasileiro e garantir o direito à alfabetização de qualidade para todos.

CONCLUSÃO

A análise da proficiência em leitura do Brasil no PISA 2022, em consonância com a LDB, revela um descompasso significativo entre o previsto em lei e a realidade observada. Embora a legislação estabeleça a universalização da alfabetização de qualidade e a formação sólida de professores como metas fundamentais, a prática demonstra persistentes lacunas que comprometem o pleno desenvolvimento das habilidades de leitura. Portanto, é indispensável fortalecer políticas públicas que articulam formação docente, monitoramento de resultados e investimentos estruturais, com o objetivo de garantir a implementação efetiva dos dispositivos legais e promover avanços concretos no desempenho dos estudantes brasileiros em leitura.

REFERÊNCIAS

1. ANTUNES HS, et al. Educação inclusiva e formação de professores: desafios e perspectivas a partir do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Práxis Educativa, 2016; 11(1): 171-98.
2. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
3. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 867 de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto pela Educação na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Brasília, DF, 2012.
4. BRITO VM e VIÉDES SCA. A política educacional de alfabetização da criança consubstanciada pelos programas, projetos e pactos: o novo ou tudo de novo? Revista HISTEDBR, 2015; 15(63): 147-71.
5. CARVALHO LM. Governando a educação pelo espelho do perito: uma análise do PISA como instrumento de regulação. Educação & Sociedade, 2009; 30(109): 1009-1036.
6. FERNANDES R. A universalização da avaliação e a criação do IDEB: pressupostos e perspectivas. Em Aberto, Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB): 25 anos, 2017; 29(96): 177-193.
7. FERREIRA PF e FONSECA MS. A cultura da performatividade na organização do trabalho pedagógico: a formação matemática nos cadernos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic). Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 2017; 25(97): 809-30.
8. HORTA JLN. Avaliação educacional no Brasil para além dos testes cognitivos. Revista de Educação PUC-Campinas, 2018; 23(1): 37-53.
9. HORTA JLN. Avaliação externa de escolas e sistemas: questões presentes no debate sobre o tema. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 2010; 91(227): 84-104.
10. KLEIMAN, Angela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 1999; 14.
11. MAINARDES J e MARCONDES MI. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. Educação e Sociedade, Campinas, 2009; 30(106): 303-318.
12. MINATEL MQP, et al. Avaliação dos professores no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Revista Diálogo Educacional, 2015; 15(44): 157-72.
13. MOREIRA JAS e SILVA RV. Políticas para a formação de professores e as recomendações do Banco Mundial: interfaces com o contexto atual da formação de professores alfabetizadores no Brasil. Práxis Educativa, 2016; 11(1): 37-61.
14. OECD. Programme for International Student Assessment (PISA) Results 2022. Paris: OECD Publishing, 1–380. PISA 2022: contextualização e perspectivas, 2023; 2–4.
15. SILVA RRD, et al. Políticas contemporâneas de formação de alfabetizadores no Brasil: entre a potencialização dos desempenhos e a gestão pedagógica das inovações. Práxis Educativa, 2016; 11(1): 15-35.
16. SOLÉ I. Estratégias de leitura. Porto Alegre: Artmed, 1998; 2: 32.
17. SOUZA JCS e SANTOS DO. Práticas de leitura: análise do papel dos professores frente ao cenário da Educação Infantil. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 22, nº28, 2 de agosto de 2022. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/28/praticas-de-leitura-analise-do-papel-dos-professor es-frent e-ao-cenario-da-educacao-infantil. Acesso em: 4 de agosto de 2025.